

UNIHOSP SAÚDE LTDA. CNPJ 01.445.199/0001-24

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,

A administração da **UNIHOSP**, submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

O ano de 2018, foi de grande importância para a empresa, que diante dos vários desafios, fechou importantes parcerias comerciais com novos corretores devido aos lançamentos de novos produtos adaptados ao mercado da região em que atua e com uma melhor relação custo benefício, qualidade e rede de atendimento, de abrangência regional.

Desempenho operacional e econômico-financeiro

Encerramos o exercício de 2018 com 25.057 (vinte e cinco mil, e cinquenta e sete) beneficiários (18.703 em 2017), um aumento de carteira de cerca de 33,97%. O aumento da carteira observada nos exercícios, reflete a maior atuação comercial da operadora junto a população em sua área de atuação, reconquista da confiança do cliente local com os serviços assistenciais oferecidos.

A receita operacional bruta, obteve decréscimo de 5,2% em 2018, passando de R\$ 65,5 milhões em 2017 para R\$ 62,1 milhões em 2018, repassamos parte da redução do custo assistencial que obtivemos com o dimensionamento dos novos produtos.

Por outro lado, a sinistralidade em 2018, medida pela relação entre os eventos indenizáveis líquidos (custo dos serviços médicos hospitalares) e as contraprestações efetivas, reduziu cerca de 16,4%, apresentando-se em 72,8% em 2018 (80,3% em 2017), alinhado com a meta traçada para a OPS, consequência da melhoria contínua da gestão assistencial e aspectos de auditoria médica mais atuante.

No exercício de 2018, a Operadora manteve Suficiência dos principais indicadores estabelecidos pela ANS.

Perspectivas para o exercício seguinte

Dentre as várias perspectivas almejadas pela administração, para o próximo exercício temos como metas principais: (1) manutenção da carteira de beneficiários com perspectivas de crescimento para o exercício 2019; (2) estabilização do índice de sinistralidade em patamares aceitáveis de mercado que favoreçam as margens de resultados da Operadora, assim como já vem sendo realizado desde o ano 2017; (3) manutenção de despesas administrativas; (4) Estudos para implementação de Governança Corporativa e Gestão de Riscos, com vistas a estabilização de Capital Regulatório dentro da estrutura de riscos próprios da Operadora e (5) geração lucros





como forma de incremento ao Patrimônio Líquido, investimentos e aprimoramentos dos serviços assistenciais prestados aos beneficiários.

Agradecimentos

Nossos agradecimentos aos clientes, prestadores e Instituições Financeiras, principais responsáveis pelo nosso desenvolvimento, que nos estimulam pela sua preferência e confiança, aos nossos colaboradores pela dedicação e profissionalismo e às autoridades ligadas às nossas atividades pela confiança em nós depositada.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2019

A Diretoria.

Demonstrações Financeiras

UNIHOSP SAÚDE LTDA. CNPJ: 01.445.199/0001-24

31 de dezembro de 2018 Com Relatório do Auditor Independente

UNIHOSP SAÚDE LTDA.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice	
Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações auditada	ıs 5
Demonstrações financeiras auditadas:	
Balanço patrimonial	8 e 9
Demonstração do resultado	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração do fluxo de caixa	
Notas Explicativas	13



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e Administradores da

UNIHOSP SAÚDE LTDA. CNPJ: 01.445.199/0001-24

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa **UNIHOSP SAÚDE LTDA.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da operadora **UNIHOSP SAÚDE LTDA.**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:

A Administração da Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.



 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras emitido em 22 março de 2018.

Bebedouro-(SP), 22 de março de 2019.

MB AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES.

MARCELO BOCK CRC - 2SP 021390/O-7 CRC - 1SP 128.524/O-0



UNIHOSP Saúde Ltda. Balanços Patrimoniais Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em Reais)

ATIVO			
	<u>Nota</u>	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		20.777.299	18.838.442
Disponível	4e / 5	375.453	569.213
Realizável		20.401.846	18.269.229
Aplicações Financeiras	6	12.812.484	13.029.115
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		11.915.296	13.029.115
Aplicações Livres		897.188	-
Créditos de Operações com planos de Assist. Saúde	7	7.360.394	4.796.795
Contraprestações Pecuniárias a Receber		7.360.394	4.796.795
Créditos Tributários e Previdênciarios	8	125.604	334.685
Bens e Títulos a Receber	9	103.364	108.634
Despesas Antecipadas		-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.142.841	433.702
MITO WIO CIRCULARVIE		1.142.041	433.702
Realizável a Longo Prazo	10	862.519	166,370
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		-	-
Depósitos Judiciais e Fiscais		862.519	166.370
Investimentos		-	15.575
Outros Investimentos		_	15.575
Imobilizado	11	273.712	243.694
Imobilizado de Uso Próprio - Hospitalares		-	-
Imobilizado de Uso Próprio - Não Hospitalares		273.712	243.694
Intangível	12	6.610	8.063
TOTAL DO ATIVO		21.920.140	19.272.144

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNIHOSP Saúde Ltda. Balanços Patrimoniais Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(em Reais)

(em Reais)			
PASSIVO			
	Nota	2018	2017
PASSIVO CIRCULANTE		7.701.157	5.000.574
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12	7.238.056	4.265.197
Provisões de Contraprestações		3.265.975	1.766.430
Provisão de Contraprestações Não Ganha - PCNG		3.265.975	1.766.430
Provisão Eventos a Liquidar p/ SUS		873.439	916.708
Provisão Eventos a Liquidar p/ Outros Prest. Serv. Assist.		1.646.867	555.246
Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA)		1.451.774	1.026.813
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		-	-
Receita Antecipada de Contraprestações		-	_
Comercialização sobre Operações		-	_
Provisões		44.100	58.829
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	13	337.264	531.512
Empréstimos e Financiamentos	14	2.597	-
Débitos Diversos	15	79.140	145.036
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.651.996	2.067.884
Provisões Técnicas de Operações de Assist. à Saúde		330.577	459.843
Provisão Eventos a Liquidar p/ SUS	12	330.577	459.843
Provisões		518.235	3.937
Provisões para Ações Judiciais	16	518.235	3.937
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		803.183	1.604.103
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	17	803.183	1.604.103
Empréstimos e Financiamentos a Pagar		0	0
Outros Financiamentos		0	0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.566.987	12.203.687
Capital Social	18	29.842.206	29.842.206
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-
Prejuízos Acumulados		(17.275.219)	(17.638.519)
TOTAL DO PASSIVO		21.920.140	19.272.144
		-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNIHOSP Saúde Ltda. Demonstrações de Resultados dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em Reais)

	Nota	2018	2017
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde		61.166.398	65.109.068
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		61.166.398	65.109.068
Contraprestações Líquidas	19	62.113.078	65.537.817
(-)Tributos Diretos de Operações com Pl. Assist. à Saúde da	1)	02.113.070	03.337.017
Operadora		(946.680)	(428.748)
Eventos Indenizáveis Líquidos		(46.103.438)	(52.625.319)
Eventos Conhecidos e Avisados	20	(45.221.108)	(52.795.422)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisado		(882.330)	170.103
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PL.DE		15 062 060	12 492 740
ASSISTÊNCIA À SAÚDE		15.062.960	12.483.749
Outras Receitas Operac. c/ Pl. de Assist. à Saúde da Operadora		-	752
Outras Despesas Operac. c/ Pl. de Assist. à Saúde da Operadora		(873.029)	(924.499)
Outras Despesas de Operações de Pl. de Assist. à Saúde		(576.464)	(583.072)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(296.564)	(341.427)
110 mao para 1 ordas Boole Oledinos		(270.301)	(311.121)
RESULTADO BRUTO		14.189.931	11.560.002
Despesas de Comercialização		(5.361.569)	(1.051.787)
Despesas Administrativas		(8.826.458)	(11.603.479)
Resultado Financeiro Líquido		726.554	2.429.996
Receitas Financeiras		1.069.418	2.433.819
Despesas Financeiras		(342.864)	(3.822)
Resultado Patrimonial			
Receitas Patrimoniais		-	-
Despesas Patrimoniais		-	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕ	DES	728.458	1.334.733
Imposto de Renda		(236.381)	(269.328)
Contribuição Social		(93.737)	(105.598)
RESULTADO LÍQUIDO		398.340	959.807

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIHOSP Saúde Ltda. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em Reais)

	Capital Social	Capital a Integralizar	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reservas	Pre juízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	29.842.206			-	(18.598.327)	11.243.879
Lucro do Exercício	-	-	-	-	959.807	959.807
Saldo em 31 de dezembro de 2017	29.842.206				(17.638.519)	12.203.687
Ajuste do Exercício Anterior Lucro do Exercício	-	-	-	-	(35.040) 398.340	(35.040) 398.340
Saldo em 31 de dezembro de 2018	29.842.206				(17.275.219)	12.566.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIHOSP Saúde Ltda. Demonstrações dos Fluxos de Caixa Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em Reais)

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimemento de Plano de Saúde	60.988.945	63.485.658
Resgates de Aplic Financ	29.881.858	15.054.080
Pagamento a Fornecedores / Prestadores de Serviço de Saúde	(43.849.047)	(55.430.979)
Pagamento de Comissões	(5.154.442)	(954.733)
Pagamento de Pessoal	(1.157.218)	(2.712.214)
Pagamento de Pró-Labore	(48.466)	(31.323)
Pagamento de Serviços de Terceiros	(5.156.462)	(5.674.111)
Pagamento de Tributos	(3.439.153)	(2.359.957)
Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	-	(9.461)
Pagamento de Aluguel	(404.394)	(475.991)
Aplicações Financeiras	(29.229.000)	(8.236.000)
Outros Pagamentos Operacionais	(2.559.098)	(2.305.568)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(126.477)	349.400
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(67.283)	(54.740)
Outros Pagamentos das Atividades de Investimento	-	-
Receita com Venda de Ativos - Outros	_	_
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(67.283)	(54.740)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital em Dinheiro	_	_
Recebtos de Empréstimos/Financiamentos	_	_
Outros Recebtos Atividade Financiamento	-	-
Pagtos Jrs e Enc s/ Emprést/Financ/Leasing	-	-
Pagtos de Amort de Emprést/Financ/Leasing	-	-
Pagamento de Participação no Resultado	_	_
Pagamento de Participação no Resultado	_	_
Outros Pagamentos Atividade Financ.	_	_
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento		
Caixa Exquao das Atividades de Financianiento		
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(193.760)	294.660
Caixa e Ativos Livres		
No início do Período	569.213	274.553
No fim do Período	375.453	569.213
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(193.760)	294.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A UNIHOSP Saúde Ltda. é uma empresa constituída sob a forma de sociedade limitada com fins lucrativos que tem como objetivo a Operação de planos privados de assistência Médica a seus associados através de rede própria ou de credenciados de acordo com lei 9.656/98.

A UNIHOSP Saúde Ltda. está registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS sob o nº 38.525-5.

2. Principais atividades desenvolvidas

No cumprimento de suas atividades, a UNIHOSP Saúde Ltda. assina em nome dos seus sócios, contratos para prestação de serviços inerentes a atividade médica com pessoas físicas e/ou jurídicas de direito público ou privado.

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas de acordo com o Plano de Contas Padrão instituído pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, estabelecido pela Resolução Normativa RN n° 290 de 27 de fevereiro de 2012, alterada pelas Resoluções Normativas, RN n° 314 de 23 de novembro de 2012, RN n° 322 de 27 de março de 2013, RN n° 344 de 20 de dezembro de 2013, RN 390 de 02 de dezembro de 2015, RN nº 418 de 26 de dezembro de 2016 e RN nº 430 de 07 de dezembro de 2017 consoante às práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2017, de forma a permitir a comparabilidade.

A conclusão e a emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Operadora em 18 de janeiro de 2018.

4. Principais práticas contábeis

a) Regime de escrituração

A Operadora adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

b) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas de vida útil de determinados ativos e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

c) Aplicações financeiras

Estão demonstradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações vinculadas não estão destinadas à negociação ou disponíveis para venda (vide nota explicativa n° 6).

d) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Preços preestabelecidos - "Provisão de contraprestação não ganha - PCNG", e posteriormente sendo reconhecidos como "contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde", no que se refere aos serviços médicos e hospitalares, quando da efetiva cobertura do risco contratual incorrido conforme determinado pela RN nº 393 de 09 de dezembro de 2015 e suas alterações. Preços pós-estabelecidos na conta de "contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde" (vide nota explicativa nº 7).

A provisão para perda sobre créditos de liquidação duvidosa está constituída de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do anexo da Resolução Normativa – RN n° 418 DIOPE/ANS.

e) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização ou liquidação, incluídos, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os direitos realizáveis após o término do exercício social subsequente à data do balanço patrimonial são classificados como não circulante.

f) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição corrigido até 31 de dezembro de 1995 menos as depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas anuais (vide nota explicativa n° 10) e não há indicativos de que seu valor de realização seja inferior ao valor contábil (*impairment*).

g) Intangível

Com as alterações nas Leis nº 6.404/76 e nº 11.941/09, o intangível foi incorporado ao balanço a partir do exercício de 2008 e está relacionado a direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

O pronunciamento CPC 04 – Ativo Intangível tem como objetivo definir o tratamento contábil dos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente em outro pronunciamento. Por sua vez, ele estabelece que uma entidade deva reconhecer um ativo intangível apenas se determinados critérios forem atendidos. Além disso, também específica como apurar e mensurar o valor contábil dos ativos intangíveis, exigindo divulgações específicas sobre esses ativos.

Na UNIHOSP Saúde Ltda. o ativo intangível é representado por licenças e direito de uso de softwares destinados ao sistema operacional corporativo da Operadora, apresentados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculadas pelo método linear a taxas anuais permitidas pela legislação fiscal. (vide nota explicativa nº 11).

h) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 209/2009 e alterações, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pela RN ANS nº 209/2009 e RN 290/2012 e suas alterações vigentes (vide nota explicativa nº 12)

i) Tributos e encargos sociais a recolher

Calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, considerando os efeitos tributários demandados pela aplicação das modificações na Lei nº 11.941/09 (vide nota explicativa n° 13).

j) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. As obrigações exigíveis após o término do exercício social subsequente à data do balanço patrimonial são classificadas no passivo não circulante.

k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As principais práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes (vide nota explicativa n° 15);

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Passivos contingentes avaliados como de perda possível não exigem provisão, mas divulgação em nota explicativa,

enquanto aqueles avaliados como de perda remota não são provisionados e nem divulgados;

- iii) Depósitos judiciais: os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências, em razão do plano contábil da ANS não contemplar essa reclassificação.
- iv) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as possibilidades de êxito, quando originadas de processos em que a Operadora questiona a inconstitucionalidade de tributos.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

l) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas ou acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social.

m) Reconhecimento da receita

As contraprestações efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratarem de contratos com preços préestabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência à saúde, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

n) Reconhecimento dos eventos indenizáveis

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da

transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados por prestadores que não são cobrados (avisados) em sua totalidade da Operadora ao final de cada mês, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA — Provisão para eventos ocorridos e não avisados conforme metodologia própria.

o) Informações por segmento

A Operadora está organizada em uma única unidade de negócio, correspondente à atividade de planos de saúde, sendo suas operações controladas e gerenciadas de forma integrada.

p) Normas Internacionais de Contabilidade

A Operadora vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com exceção da CPC 11 de seguros, CPC 29 — Ativo Biológico e Produto Agrícola, o CPC 34 — Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, CPC 35 — Demonstrações Separadas, CPC 44 — Demonstrações Combinadas, CPC 47 — Receitas, CPC 48 — Instrumentos Financeiros, CPC PME — Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e da ICPC-10 do Imobilizado as quais não foram aprovadas pela Agência Nacional de Saúde, portanto não adotadas pelas operadoras de planos de saúde.

As demais Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são aplicáveis às demonstrações contábeis no que não contrariarem a Resolução Normativa nº 290/2012 e alterações vigentes, no qual em alguns casos não aplica integralmente as situações destacadas nestes pronunciamentos, adotando regras específicas a serem aplicadas ao setor de saúde.

5. Disponível

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	-	-
Banco conta movimento	193.760	569.213
	193.760	569.213

6. Aplicações financeiras

		31/12/2018	31/12/2017
Garantidoras de provis			
Banco Bradesco S.A.	FI Renda Fixa Dedicado ANS	144.779	137.818
Banco Itaú S.A.	UBB ANS FI RF Saúde	9.808.214	9.333.413
Banco Santander S.A.	FI Renda Fixa ANS	1.962.303	1.868.969
		11.915.296	11.340.199
Livres			
Banco Itaú S.A.	Itaú TRUST DI	126.146	682.700
Banco Safra S.A.	RF Safra	771.042	1.006.216
		897.188	1.688.916
		12.812.484	13.029.115

7. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	31/12/2018	31/12/2017
Planos Individuais - Pré-estabelecidos		
Créditos a Receber	7.145.560	4.535.418
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(138.647)	(628.946)
	7.006.913	3.906.471
Planos Coletivos - Pré-estabelecidos		
Créditos a Receber	911.422	989.726
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(557.942)	(99.402)
	353.481	890.324
	7.360.394	4.796.795

Corresponde a valores a receber dos planos de saúde da Operadora. A provisão para perda sobre créditos constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo capítulo I, item 10, subitem 10.2.3 da RN nº 418 de 26 de dezembro de 2016.

As provisões para devedores duvidosos estão constituídas em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber. As provisões foram efetuadas de acordo com os critérios de avaliação de apropriação contábil e de auditoria descritos no Capítulo I do Anexo I, itens 10.2.3.1 a 10.2.3.5 da Resolução Normativa nº 290/2012 e alterações vigentes da ANS.

8. Créditos tributários e previdenciários

•	Cicultos tributarios e previaenciarios		
		31/12/2018	31/12/2017
	Circulante		
	IR retido na fonte - IRRF	125.604	334.685
		125.604	334.685
9.	Bens e títulos a receber		
		31/12/2018	31/12/2017
	Adiantamentos a Funcionários	3.364	8.634
	Títulos de Capítalização sobre Aluguéis	100.000	100.000
		103.364	108.634

10. Depósitos Judiciais e Fiscais

	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos Judiciais Cíveis	862.519	166.370
	862.519	166.370

11. Imobilizado

		<u>Movimentação</u>			<u>) </u>		
	Vida útil estimada	Saldos em 31/12/2017	Custo	De pre- ciação	Saldos em 31/12/2018		
Imobilizado de uso próprio							
Instalações	10	72.959	24.586	(45.690)	51.855		
Máquinas e Equipamentos	10	23.806	311	(5.225)	18.892		
Materiais de Informática e Periféricos	5	76.451	30.782	(28.836)	78.396		
Móveis e Utensílios	10	70.477	29.373	24.719	124.569		
		243.694	85.052	(55.034)	273.712		

12. Intangível

			Movimentação		
	Vida útil estimada	Saldos em 31/12/2017	Custo	Depre- ciação	Saldos em 31/12/2018
Intangível - Não hospitalares / odon	tológicos				
Marcas Comerciais	10	82.744			82.744
Sistemas de Computação	5	8.063	6.468	(7.921)	6.610
		90.806	6.468	(7.921)	89.353

13. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
Provisões de contraprestações		
Provisões de contraprestação não ganha - PPSC	3.265.975	1.766.430
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	873.439	916.708
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores	1.646.867	555.246
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	1.451.774	1.061.852
	7.238.056	4.300.236
Circulante		
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	330.577	459.843
	330.577	459.843

Provisão de contraprestação não ganha - PCNG

Caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de Receita de Prêmios ou Contraprestação, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.

Provisão para eventos a liquidar SUS

Referem-se a contestados lançamentos realizados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, visando a cobrança de despesas assistenciais decorrentes de atendimentos dos usuários da Operadora no Sistema Único de Saúde, estando de acordo conforme art°2 da Instrução Normativa n°3 de 19 de outubro de 2010 - DIOPE/DIDES.

Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores

Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. RN nº 209/09, RN 393/2015 e alterações vigentes, que determinou a constituição desta provisão a partir de 10 de janeiro de 2010, cujo registro contábil é

realizado no momento da apresentação da cobrança às operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

Conforme publicação da RN 227/10 e alterações vigentes, que determinou que a provisão para eventos a liquidar deve ser lastreada por ativos garantidores que atendam os critérios da RN 392/2015 e alterações vigentes.

Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

Constituída com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução Normativa nº 393 de 09.12.2015 expedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e alterações vigentes, para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados pelos prestadores, através da utilização de metodologia própria.

14. Tributos e encargos sociais a recolher

31/12/2018	31/12/2017
44.100	58.829
14.785	13.178
3.395	5.839
85.310	78.802
113.938	161.701
923.020	1.876.097
1.184.547	2.194.444
381.364	590.341
803.183	1.604.103
1.184.547	2.194.444
	44.100 14.785 3.395 85.310 113.938 923.020 1.184.547 381.364 803.183

15. Débitos diversos

	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações com Pessoal	79.140	137.052
Fornecedores	-	7.985
	79.140	145.036

16. Provisões para ações judiciais

A Operadora é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco provável por seus advogados, para os quais foram constituídas provisões. Em 31 de dezembro de 2018, os valores provisionais foram os seguintes:

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para ações trabalhistas	51.430	_
Provisão para ações cíveis	466.805	3.937
	518.235	3.937

17. Patrimônio líquido

	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	29.842.206	29.842.206
Lucros (Prejuízos) acumulados	(17.275.219)	(17.673.559)
	12.566.987	12.168.647

Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2018 está representado por 29.842.206 (vinte e nove milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, duzentos e seis) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

Resultado

Resultado líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi no valor de R\$ 398.340 (trezentos e noventa e oito mil, trezentos e quarenta reais).

18. Contraprestações líquidas

Registradas no montante de R\$ 62.113.078 (sessenta e dois milhões, cento e treze mil e setenta e sete reais) no exercício de 2018 (R\$ 65.537.817, no exercício de 2017), correspondem às receitas oriundas de mensalidades e faturas de beneficiários de planos de assistência médico-hospitalar individuais e coletivos oferecidos pela Operadora.

19. Eventos conhecidos e avisados

Registrados no montante de R\$ 45.221.108 (quarenta e cinco milhões, duzentos e vinte e um mil e cento e oito reais) no exercício de 2018 (R\$ 52.795.422, no exercício de 2017), correspondem aos custos dos serviços de assistência médico-hospitalar prestados aos beneficiários da Operadora.

20. Garantias financeiras

Patrimônio mínimo ajustado

Calculado a partir da multiplicação de um fator variável "K", obtido no anexo I da RN nº 209/2009, pelo capital base reajustado pelo IPCA em julho de cada ano. O Capital Social da Operadora excede o valor do patrimônio mínimo - PMA exigido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Margem de solvência

A Margem de Solvência corresponde à suficiência do Patrimônio Líquido, podendo ser ajustada conforme art. 6° da RN 209 da ANS. É uma reserva suplementar às provisões técnicas que a operadora deverá dispor, para suportar oscilações das suas operações advindas de perdas do ativo, mal dimensionamento das provisões técnicas e mudanças que afetem o setor tais como: aumento de sinistralidade e evasão de beneficiários. A Operadora deverá constituir até dezembro de 2022 a margem de solvência correspondente as suas atividades. Em 31/12/2018 a margem de solvência calculada para a UNIHOSP Saúde Ltda. está suficiente conforme demonstramos:

	31/12/2018
Patrimônio líquido ajustado	12.560.377
Patrimônio mínimo (PMA)	1.535.684
Margem de Solvência total (exigida em 2022)	17.720.575
Proporcionalidade da Margem de Solvência	70,52%
Margem de Solvência parcial (2018)	12.496.549
(-) Ajuste despesas com programas aprovados	-
Margem de Solvência exigida (2018)	12.496.549
Suficiência de Margem de Solvência	63.828

Ativos garantidores

Os ativos garantidores são bens imóveis, ações, títulos ou valores mobiliários de titularidade da Operadora, que lastreiam as provisões técnicas. Esses ativos representam a efetivação financeira real da garantia escritural refletida pelas provisões.

As regras referentes à aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores estão dispostas na Resolução Normativa nº 392 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2018 a necessidade de lastro e vinculo da UNIHOSP Saúde está suficiente.

Apresentamos, a seguir, o resumo da situação dos ativos garantidores em 31 de dezembro de 2018:

	31/12/2018
Total de ativos garantidores	11.915.296
Aplicações garantidoras de provisões técnicas Vínculo de imóveis assistenciais	11.915.296
Necessidade de lastro	4.302.658
Verificação de suficiência de lastro	Suficiente
Necessidade de vínculo	1.933.369
Aplicações vinculadas à provisões técnicas	11.915.296
Verificação de suficiência de vínculo	Suficiente

21. Cobertura de seguros

A administração da Operadora tem por política contratar seguros contra incêndios e riscos diversos com cobertura considerada suficiente, pelos assessores especialistas em seguros, para assegurar, em caso de sinistros, a reposição dos bens e a sua respectiva continuidade operacional.

22. Conciliação da demonstração dos fluxos de caixa

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS	R\$	R\$
Resultado Líquido do Exercício	398.340	959.807
Ajustes por:		
Depreciações	55.034	100.943
Amortizações	7.921	20.968
Variação da Provisão p/ Eventos Ocorridos e Não Avisados	389.922	-170.103
Provisão de Contraprestação Não Ganha - PCNG	1.499.546	-427.222
PPSC Provisão para Perdas Sobre Créditos	-31.760	341.427
Variação da Provisão p/ Contingência	462.868	-34.063
Resultado do Período Ajustado	2.781.870	791.757
Variação dos Ativos Operacionais por Redução/(Aumento)	-2.754.237	3.856.647
Contraprestação Pecuniária a Receber	-2.531.838	-1.780.722
Aplicações Financeiras	243.824	5.762.439
Créditos Tributários e Previdênciarios	209.081	-44.035
Bens e Titulos a Receber	5.270	-65.482
Outros Créditos a Receber LP	0	03.482
Outros Investimentos LP	15.575	0
Depósitos Judiciais e Fiscais	-696.149	-15.553
Variação dos Passivos Operacionais por (Redução)/Aumento	-154.110	-4.299.004
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS	-43.269	-458.795
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS - LP	-129.266	-60.870
Provisão de Eventos a Liquidar Rede Credenciada	1.091.621	-3.136.248
Débitos c/ Operações de Assist. à Saúde	0	-70.948
Provisões	-14.729	57.898
Tributos e Encargos Sociais a Recolher - CP	-194.248	-69.276
Tributos e Encargos Sociais a Recolher - LP	-800.920	-270.710
Empréstimos e Financiamentos	2.597	-304
Débitos Diversos	-65.897	-289.752
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-126.477	349.400

23. Instrumentos financeiros

Avaliação de instrumentos financeiros

A administração procedeu a análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das disponibilidades, créditos de operações com planos de assistência à saúde e não relacionados com planos de saúde da Operadora e os passivos circulantes, principalmente provisão de eventos a liquidar e débitos de operações de assistência à saúde aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão informados nas demonstrações financeiras, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima à do balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a Operadora não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Fatores de risco

A Operadora apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a) Risco de crédito

Risco do não recebimento de valores decorrentes da prestação de serviços médico-hospitalares ou da impossibilidade de resgate de aplicações e investimentos mantidos junto a instituições financeiras.

Para atenuar esse risco, a Operadora tem por prática o acompanhamento permanente de sua carteira de recebíveis e dos índices de inadimplência, bem como mantém suas aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito.

b) Risco de liquidez

Risco da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Operadora honre seus compromissos no prazo, em razão do descasamento entre o fluxo de pagamentos e o fluxo de recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para atenuar esse risco, a Operadora tem por prática o acompanhamento permanente de seu fluxo de caixa, avaliando a adequação dos prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, geralmente

caracterizadas por prazos de recebimentos e pagamentos consideravelmente curtos.

c) Risco de taxas de juros

Risco de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos significativos sobre os rendimentos dos recursos aplicados ou sobre a remuneração dos recursos captados no mercado financeiro.

Para minimizar possíveis impactos de oscilações em taxas de juros, a Operadora tem por prática realizar aplicações financeiras conservadoras em títulos de renda fixa (CDB e Fundos de investimento) junto a bancos de primeira linha, bem como evita a contratação de empréstimos de montante elevado.

d) Risco operacional

Risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de diversas causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Operadora, bem como a fatores externos decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

A administração da operadora é responsável pelo contínuo desenvolvimento e implementação de controles para tratar e administrar riscos operacionais, de forma a evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação. São eles:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- documentação de controle e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados:
- exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingências; e
- padrões éticos e comerciais.

24. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

A Administração

Camila Menneh Barusco Sócia Carlos Monis Medeiros CRC 1SP163642/O-5

Magali Rodrigues Zeller Registro Profissional Atuarial MIBA 0687